

DISCURSO DE POSSE DO DESEMBARGADOR
ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, NA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Em sinal de respeito e consideração, em pé, alma aberta, peço permissão, senhores Ministros, senhores Desembargadores, demais autoridades e seleta plateia, de usar deste púlpito para minha oração, já como Presidente deste Sodalício. Antecipo, desde logo, súplicas ao CRIADOR para que os aplausos da entrada sejam infinitamente inferiores à felicidade de, na saída, ter a consciência de haver bem cumprido os encargos que ora assumo.

Excelentíssimo Senhor Silval da Cunha Barbosa, digno e honrado Governador do Estado de Mato Grosso.

Excelentíssimo Senhor José Geraldo Riva,
Presidente da excelsa Assembleia Legislativa do
Estado de Mato Grosso.

Excelentíssimos Ministros Francisco Falcão e
Antônio Herman Benjamim, figuras ímpares e
impolutas de nossa magistratura.

Excelentíssimo Doutor Marcelo Ferra de
Carvalho, gigante do Ministério Público Estadual, em
cujo nome rendo homenagens da magistratura a todos
os membros que integram esse valoroso órgão.

Excelentíssimo Senhor Senador da República
Pedro Taques, ^{Alaino Maggi} cujas ^{atuação} atuação, ^{digná} digna e ^{competente} competente,
enobrece o Estado que representa.

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal
Valternir Pereira. Seu apoio jamais nos tem faltado.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cuiabá, Mauro Mendes. Cumprimentando-o, abraço a todos que elegeram meu torrão natal para nele viver.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Desembargador Tarcísio Régis Valente. Irmanados, haveremos de bem responder aos reclamos de nossa sociedade por uma Justiça de qualidade.

Excelentíssimo Senhor José Carlos Novelli, estimado Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que tem, pela retidão e competência de seus membros, servido de exemplo e modelo a todas as demais Cortes de Contas desta grandiosa nação.

Excelentíssimo Defensor Público-Geral,
doutor Djalma Sabo Mendes, representante-mor dos

desvalidos, dos fracos, dos oprimidos e feridos pelas injustiças.

Excelentíssimo Doutor Maurício Aude, digníssimo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Mato Grosso. Ao saudá-lo, faço-o a todos os valorosos advogados deste Estado, que muito, muito têm contribuído, com críticas e sugestões, no aprimoramento de nossa justiça. Já adiantei a Vossa Excelência que nosso diálogo será amiúde e permanente.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nelson Calandra, eminentíssimo Presidente da Associação Nacional dos Magistrados.

Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Fernandes Filho, Ivan Lira de Carvalho e Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, em cujo nome presto homenagem a toda a Magistratura.

Princípio com menção especial aos Excelentíssimos Ministros Francisco Falcão e Antônio Herman Benjamim. Homens de ditosa nobreza, não de sangue, mas de talento e virtude, ^{que} emprestam colorido destaque ao Poder Judiciário Nacional.

Não o desconhecemos: a austeridade de certos cargos – os das Corregedorias da Justiça são disso exemplo –, quando não ocupados pelos indiferentes, pelos timoratos e mornos de coração, nunca escapam das irritações políticas, notadamente das intestinas. Por serem as mais violentas e difíceis de lidar, no mais das vezes como lufadas se levantam em borrascas que sopram com a rijeza dos vendavais.

Embora assim, benfazejas são essas procelas que limpam e refrigeram as instituições, como, no passado, se operava na medicina curativa, que, por

meio de ferros candentes, varria as infecções pustulentas e as feridas gangrenadas.

Certo é que, nas Corregedorias da Justiça, não cabem pessoas que sempre estão de acordo com todos, e a ninguém contrariam; nem aos que vacilam, quando necessário, em meter-se em cova de onça belicosa. Nesse particular, quando se trata de punir juízes indignos, pertinente é o anexim, o sábio dito popular segundo o qual **“quem poupa o lobo sacrifica a ovelha”**.

Dispenso-me – porque de todos sobejamente conhecidas – de enaltecer as qualidades morais e intelectuais, as virtudes meritórias que fazem de Vossas Excelências figuras eminentes, entre as que mais o foram, no Panteão da história judiciária do Brasil, cujos nomes, gravados pelo cinzel dos bons escultores, nem os séculos farão descoroar ou emurchececer.

Bem por isso, torna-se-me difícil conter o ritmar do coração e a efusão da alma, à luz do contato com personalidades de tamanha envergadura. Talvez a homenagem do silêncio fosse a melhor maneira de enobrecê-los nesta solenidade, de cuja entusiasmante presença não me julgo merecedor.

Para pintar o fulgor dos serviços que Vossas Excelências já prestaram, e ainda prestam à Nação, invoco parte da parábola “**A couve e o carvalho**”, que o incomparável Rui Barbosa, em tintas de ouro, assim escreveu:

“Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje, ou para quando. O caso é que seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para seu país, para a

felicidade de seus descendentes, para o benefício do gênero humano”¹.

A Vossas Excelências, a eterna gratidão por opulentarem e engrinaldarem esta cerimônia de posse de um magistrado que, muito longe, está da grandeza de astros com seus esplendores. Mais do que os empossados, estão a prestigiar o Judiciário e o povo mato-grossense.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nelson Calandra. Seu nome, na Associação Nacional dos Magistrados, há de vencer os séculos e se impor como símbolo de devotamento e luta em bem da magistratura deste país. Em meus já longos anos de judicatura, jamais reconheci, em um Presidente, tamanha coragem, segurança e confiança, nos embates em favor dos interesses, notadamente das inalienáveis prerrogativas da magistratura.

¹Antão de Moraes. Dispersos Recolhidos, p. 129.

Vossa Excelência jamais depôs a pena na defesa intransigente da verdade, muitas vezes maltratada em torno dos justos interesses da magistratura nacional, que busca apenas dignidade, não esplendor.

Meus senhores, minhas senhoras.

Outrora, em meus tempos de adolescência, quando ainda me debatia em dúvidas sobre qual profissão abraçar, em momento algum minha vã imaginação ousou pensar no desempenho de tão honroso e nobilitante cargo.

Com o coração em sobressalto, invade-me, agora, a mesma e intensa alegria de quando, há mais de três lustros, ascendi à Desembargadoria do Tribunal de Justiça de meu amado Estado de Mato Grosso.

Entretanto, já com a cabeça encanecida, a alma calejada por tantas experiências, boas e más, consigo, hoje, refrear as estontecedoras torrentes do entusiasmo, tão peculiares à mocidade. De igual sorte, consigo neutralizar o licor de euforia que certos cargos impregnam no sangue de seus ocupantes, especialmente no de magistrados jovens.

Por isso, já afastado o bastante da imaturidade, recebo de meus pares o chamado para esta desvanecedora tarefa, que, se não pode ser solicitada, menos ainda pode ser dispensada.

Assumo a convocação muito mais como missão, do que como prêmio pelos quase trinta anos de judicatura, praticamente – apenas DEUS o sabe – no último quartel de minha vida.

Pronto e confiante estou para o destino que, pela fidalguia de meus pares, DEUS me confiou, até

porque, no dizer de alguém, **os melhores sonhos, os mais fortes e felizes empreendimentos da vida humana são os da maturidade.**

Prometo-lhes – não me furto a este compromisso – envidar todos os esforços, todas as energias que vibram em meu ser, para a já iniciada reconstrução do bom nome e credibilidade do Judiciário mato-grossense, o qual representamos, mantendo-os ativos e sobranceiros em meio à sociedade.

Não lhes prometendo quase nada, prometo-lhes muito.

Nesta empreitada, somos todos – magistrados e servidores – um exército de apóstolos, no qual fui alistado como obscuro, mas dedicado, ardoroso e obstinado soldado.

Juntos, haveremos de varrer a crosta do lodo trazida pelo doloroso mas santo cataclismo, que feriu para curar.

A depuração já principiou com as vassouradas de meus antecessores, e ainda há de perdurar, até que não reste mais nesga alguma de nódoa, ou suspeitas, sobre a respeitabilidade desta Instituição.

A certo periódico da capital, afirmei que não me apresento como redentor, como médico de todos os males, a panaceia de nossas mazelas e imperfeições de nosso Judiciário. Não sem sentido, tremeo em pensar que, ao final de minha curta gestão, possa mais frustrar do que contentar, especialmente nossos servidores, em cujos olhos vejo o clarão da fé, que fulgura e lava suas almas.

Sou apenas um pedreiro. Menos que isso: sou simples servente de pedreiro que não trepidará em

verter sangue, suor e lágrimas na formação da argamassa que, tijolo por tijolo, recolocará no cimo o bom conceito de nosso Judiciário, que, desgraçadamente, em alguns momentos, tropeçou em alguns degraus.

Entretanto, a suprema ventura, senhores Ministros, não se assenta nas quedas, diante das quais as contingências e circunstâncias passageiras fazem as instituições curvar os joelhos. Está, isto sim, na força e na tenacidade de seus integrantes para soerguê-las e revitalizá-las, em contínuo e perpétuo aperfeiçoamento, com vista ao bem público geral.

Não raro, mais glória existe em levantar-se do que em nunca ter caído.

Necessário, entretanto, um adendo: o mal nunca está nas instituições, que podem até agasalhar imperfeições. O mal reside nos homens que as

representam, alguns dos quais, para desagrado nosso, irremediavelmente incorrigíveis. Estes, sim, precisam ser extirpados, quais maçãs podres, para não contaminar o cesto.

Os atassalhadores e critiqueiros podem até atirar no lodaçal, onde os porcos chafurdam, as vestes brancas da Justiça, mas esta, eles não a podem derrubar, nem movê-la de lugar.

A probidade diamantina da Justiça não é nunca posta à prova. Embora assim, aqui e ali implacáveis campanhas de malsinação se prestam a ultrajá-la, perturbam e inquietam desconfiados corações, gerando descrédito que põe em risco a própria sociedade.

Desconfiar da Justiça, já proclamava Balzac em seu tempo, é um princípio de dissolução social.

Volto a bater na mesma tecla: as desconfianças não se fazem apropriadas à Justiça em si. Estão encarnadas nos Juízes, que a representam.

Por isso, dezesseis anos faz, afirmei que o magistrado precisa viver numa atmosfera purificada, em que o dever, por prismas diversos, deve ditar-lhe as ações mais retas, afastando-se, tanto quanto possível, da imperfeição da matéria, não se deixando seduzir por encantos mundanos.

“O cálice não tem valor pelas pedras preciosas que o adornam, mas pelas mãos que o erguem”².

Assim também na magistratura.

São as qualidades morais e éticas que sobrepujam os homens na tarefa de julgar outros homens.

²Memórias do padre Germano, p. 419.

Quem quer que exerça a função de magistrado, artífice da Justiça numa comunidade, deve estar em planaltos éticos superiores. A grandeza do cargo consiste justamente na elevação moral do homem que o ocupa.

Impende reconhecer que aos magistrados não se permitem certos pecados, como, de certa forma, ainda se toleram nos açougueiros e bolicheiros desonestos, que logram no peso, quando não na própria mercadoria.

É na inteireza de caráter dos juízes que repousa o princípio da autoridade civil. Para se impor às multidões, preciso é apresentar-se superior a elas, avantajando-se pelo valor que decorre do saber e da virtude.

Enfim, é a integridade moral que faz a excelência nos magistrados, que devem procurar sempre doutrinar menos pelas sentenças que pelo exemplo.

Importa, no entanto, reconhecer que a magistratura não é instituição que encerra deidades, abrigando tão somente homens virtuosos. A falibilidade, o erro, a ignorância, a má-fé, a torpeza, a iniquidade e tantos outros vícios são inerentes à natureza humana.

Mas o homem comum, Desembargador Nelson Calandra, com a mente ou os olhos turvados, muitas vezes só divisa a fantasia enganosa, a realeza ilusória do cargo. De longe, vê descortinar-se grandeza, brilho e delícias, ignorando que, de perto, no seio da magistratura, tudo é espinhoso. Desconhece que, por trás daquele ser humano, se escondem limites e imperfeições, não uma força suprema, um ser acabado

e perfeito, até porque é um ser finito, num mundo infinito, que corre, perpetuamente, em busca da perfeição que possa mais aproximá-lo da imagem e semelhança de DEUS, que nos revela e profetiza a Bíblia.

Tivessem os magistrados as perfeições que, muitas vezes, deles se esperam, já teriam daqui se afastado e tocado os céus.

Costumo dizer que os homens são iguais. As oportunidades, elas é que os fazem diferentes.

Daí amiúde se matraquear, bulhar e trombetear, nas mil asas e línguas da imprensa e dos rafeiros, um número mais agigantado de escândalos na magistratura do que em outras esferas de Poder.

Entretanto, a sociedade já compreendeu que nosso Judiciário não mais tolera prevaricações de seus

integrantes, interesses obtusos, trampolinagens, vilanagens e comércio de decisões, que escandalizam desde as almas mais nobres até as almas de estrumeira, desde os virtuosos até os vilões dos becos e dos esgotos.

O Judiciário, isto não posso omitir, é o Poder que menos tem errado, que mais tem corrigido e se corrigido, e mais acertado. E quando erramos, senhores Ministros, senhor Desembargador Nelson Calandra, temos a coragem de nos emendar, temos humildade bastante para estender a mão à palmatória, não mais nos enfeudando em nossos desacertos.

No cenário de todas as imperfeições que a alma humana possa ainda abrigar, de longe a mais intolerável em um juiz é a corrupção, sob suas mais variegadas formas, vício que mais abominamos, menos perdoamos e mais condenamos.

O Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso – as estatísticas não mentem – é um dos que, proporcionalmente, mais têm punido juízes que tresmalham dos deveres do cargo, no qual alguns poucos, muito poucos, se embiocam na toga em busca de riquezas ou interesses escusos.

Em termos globais, apenas três por cento dessas ovelhas se perdem pelo caminho, número que, num universo de mais de 16 mil magistrados no país, pode ser considerado infinitesimal.

E quando falham os tribunais inferiores, seja pelo compadrio, seja pela indiferença, seja pela cumplicidade do silêncio, quando não pela covardia da mudez, à sociedade resta o apelo de socorro ao Conselho Nacional de Justiça, que não trepida nem se acovarda em punir as felonias pestíferas que desvirilam, confrangem, desgabam e desmerecem os bons magistrados, que, por graça de DEUS,

Desembargador Nelson Calandra, constituem a ciclópica maioria.

Permitam-me confessar-lhes: faço o mea-culpa assentado no equívoco de, em outros tempos, se não por ignorância, por desconhecimento, haver me posicionado, neste mesmo Tribunal, contra a “ameaça”, à época, de criação de um órgão externo de controle do Judiciário.

Na ocasião de minha acolhida, neste Sodalício, como Desembargador, vaticinei que os magistrados brasileiros não se capitulariam nem se acovardariam diante daquela “ameaça”. Necessário fosse – bradávamos alto e bom tom –, bateríamos às portas do Supremo Tribunal Federal em defesa daquilo que nós, magistrados, entendíamos como ingerência indevida na independência da magistratura nacional.

De minha parte, assumo que estávamos equivocados!

O tempo, que impõe reflexões, incumbiu-se de mostrar-me que as grandes ideias, que aperfeiçoam e transformam a humanidade, foram quase todas objeto de perseguição, crucificadas em seu tempo.

Para o bem da nação e da própria magistratura, o último bastião da Constituição Federal obliterou seus ouvidos à fanfarra de matinadas que agitaram os corações apaixonados dos magistrados, febrilizados muito mais por temor do que pelo proseado quebrantamento da independência funcional, na qual o Conselho Nacional de Justiça, todo dia, em seus julgamentos, cumpre suas juras de nela não se imiscuir.

Daí a razão do mea-culpa. Esse órgão maior da administração da magistratura nacional, contra o

qual tanto praguejei, maldizi e objurguei, foi justamente o cireneu que não me faltou. Auxiliou-me a carregar a pesada e imerecida cruz que me encangalharam acérrimos inimigos, que nunca compreenderam, nem mesmo aceitaram, as conclusões de investigações que, por DEVER de ofício, na qualidade de Corregedor-Geral da Justiça, tive de empreender.

Criminado por denúncias perversas e infundadas, os ares sombrios e desconfiados do Tribunal a que pertenço me levaram a rogar ao então Corregedor Nacional da Justiça, e o fiz mais de uma vez, que as avocasse e as julgasse com a isenção de ânimo que meu espírito, convulsivo por apreensões, reclamava genuflexo.

No Conselho Nacional de Justiça, respondi a dezoito Representações Disciplinares. Lá sacudi a poeira das infâmias que se me ataçaram por mágoas

refervidas e requentados azedumes, que prestaram apenas para cobrir o nome de minha casa de opróbrio e vergonha perante a opinião pública.

Uma a uma, todas as assacadilhas foram afastadas pelo Conselho Nacional de Justiça, que acabou por proclamar, em todas elas, minha completa inocência.

Mais seja dito: contra as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, onde a tantas outras denúncias respondi, ninguém, absolutamente ninguém, tem autoridade, direito muito menos, de suscitar desconfiças de suspeição e parcialidade.

Reconheço a inoportunidade dessas tristes lembranças neste dia de festas. Mas é minha alma, confrangida, que pede licença e passagem para trazê-las à luz. Especialmente porque se levantaram, contra meu

nome, as mais bravias calúnias, que rosnaram, acreditadas, pelas mil bocas da imprensa, por todas as ruas e lares do povo mato-grossense.

Sabem, e disso se recordam meus pares, que diante de tantas suspeitas arquitetadas contra meu nome, renunciei, há dois anos, à possibilidade da Presidência do Tribunal. E o fiz ainda que já habilitado pela antiguidade, praxe que este Tribunal sempre resguardou.

Assim procedi porque entendo que, sobre o ocupante de tão acrisolado cargo, dúvidas não podem pairar no que toca à sua retidão de princípios.

Absolvido dessa caudal de calúnias que se me irrogaram e impingiram, gozo hoje do conforto moral e espiritual de poder administrar, inspirado e orientado por meus pares, os destinos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Tenho consciência das responsabilidades que tão cumeado posto me impõe. Rogo a DEUS possa responder a elas com sabedoria e justiça.

Grande e incomensurável é a tarefa de, no exíguo espaço de dois anos, que o cronômetro já começa a registrar, construir o que não se construiu em quase um século e meio de presença do Judiciário. Esclareça-se de logo: não temos, entretanto, essa pretensão, que é empreitada de várias gestões.

Criado em 1873, o Tribunal de Relação de Mato Grosso – esse era seu nome – foi instalado em 1º de maio de 1874. Não por acaso, sua data de funcionamento coincide com o dia do trabalhador, que sugere a exortação e o convite que faço a todos os servidores e magistrados, atrelados por laços de união e solidariedade, de trabalhar incansavelmente pelo engrandecimento de nossa instituição.

Com esse objetivo em nossa mente coletiva, é forçoso apertar o passo e não se perder pelo caminho, como, lamentavelmente, tem sido, em menor escala, é verdade, não fosse a atuação do Conselho Nacional de Justiça, a tônica dos tribunais brasileiros, que não tendo ponto cardeal nenhum a seguir, de administração para administração realizam o trabalho de Penélope, que, segundo Homero, em sua Odisseia, desmanchava a noite o pano que tecia de dia. Objetivo era frustrar as esperanças de Proceso na ausência de Ulisses, a quem Penélope havia prometido matrimônio, tão logo o tecido estivesse pronto.



O atraso na modernização de nossos Tribunais se deve ainda, em grande parte, à falta de preparo do magistrado, na qual me incluo, para a administração e o gerenciamento das coisas e interesses públicos. Até porque, culturalmente, Desembargador Antonio Rulli, sempre se nos afigurou que nossa única missão fosse o julgamento dos litígios. A inovação não tem volta. Não

relutemos, senhores magistrados, em aceitar essa imposição deste novo tempo, de juízes administradores e gerenciadores de recursos públicos, que o povo nos confia com o intento de retribuirmos, com qualidade, os serviços que prestamos a ele.

Nesse sentido, benfazeja, uma vez mais, tem sido a ação do Conselho Nacional de Justiça, que, já amadurecido, compreendeu que seu primordial objetivo não é sair à cata de juízes indignos, a garimpar magistrados de fachada, talhando os maus exemplos e as malignas intenções, tarefa que, repito, se deve reservar primeiramente aos tribunais. Seu maior e mais importante papel é servir de luzeiro, de orientador e facilitador da modernização do Poder Judiciário Nacional.

Esse hercúleo trabalho vem sendo muito bem conduzido por todos quantos por lá têm passado, digno de todos os encômios. Como exemplo, patenteiam

aqueles realizados pelo Ministro Gilmar Mendes, pelos Ministros Asfor Rocha, Gilson Dipp e Eliana Calmon e, atualmente, pelos efficientíssimos e integérrimos Ministro Francisco Falcão e Ministro Joaquim Barbosa.

Hoje principiamos uma cruzada santa rumo à melhoria dos serviços judiciários no Estado de Mato Grosso. Reconhecemos, não obstante os ingentes esforços do Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, que a máquina judiciária ainda é travada, capenga e ineficiente, particularmente na Primeira Instância.

Vossa Excelência, Desembargador Rubens de Oliveira, fez o que podia ser feito.

E fez muito!

O mesmo bastão que ora me passa, hei de transferi-lo a meu sucessor, amontoado sempre de grandes desafios a serem enfrentados.

Mas, como um dia bem lembrou o poeta Olavo Bilac, **“o progresso humano, como a vida, não tem princípio nem fim; o homem tem o direito de acreditar em tudo que idealiza e em tudo que sente: todos os sonhos são realizados. Sim! As grandes nações são filhas da crença e da vontade de seus pensadores”**.

E digo eu: temos nós os nossos sonhos, que são traduzidos no plano de gestão, plano que, somadas as contribuições dos Desembargadores Márcio e Sebastião, com assessoria de nossa infatigável e efficientíssima equipe, traçamos para esta Administração, em afinadíssima sintonia e alinhamento com o planejamento estratégico administrado e controlado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Embora não seja procissão fora de hora, seria enfadonho e tedioso colocar os rosários a trabalharem na enfiada das estratégias, metas específicas e planos de ações que, junto com dois outros condutores da Administração, idealizamos para o biênio que se inicia.

Quase todas as nossas preocupações e atenções, podemos adiantar, Doutor Maurício Aude, estão voltadas para os serviços judiciários do Primeiro Grau de jurisdição, onde nossa Justiça mais se revela deficiente e mais prenhe de insatisfações da sociedade, particularmente dos advogados.

Enquanto o Segundo Grau se inscreve, há vários anos, entre os tribunais mais ágeis do país, o mesmo orgulho não temos quando se trata da Justiça de piso, que enfeixa altíssimo índice de congestionamento, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça.

Nesta residem nossos maiores desafios.

É preciso desemperrá-la, destravá-la, agilizá-la e pô-la em exercício para satisfação merecida da sociedade, em favor de quem a Constituição Federal instituiu o princípio da duração razoável do processo.

Para enfrentar os monumentais problemas e dificuldades que afligem a todos nós, trabalharemos com quatro diretrizes, a saber: 1) melhorar a estrutura funcional e administrativa da Justiça Estadual; 2) aprimorar a prestação jurisdicional, com foco especial na Primeira Instância, possibilitando a redução de estoque e do tempo de tramitação dos processos; 3) implementar os processos eletrônicos, judiciais e administrativos; e 4) melhorar a transparência na gestão, ampliando nossa comunicação com a sociedade.

Essas quatro diretrizes já incitaram, até o momento, senhores Ministros e senhores Desembargadores, vinte e cinco estratégias, encartando mais de uma centena de planos de ação.

Inconveniente e desnecessário seria desfiar as contas deste rosário no gotejamento de tudo quanto intencionamos realizar. Além de maçante, pode transparecer ostentação e pavoneamento.

Afianço-lhes senhores Ministros, senhores Desembargadores – afirmação que exteriorizo a toda sociedade mato-grossense –, que não pouparemos tempo e esforços na realização de nossos sonhos, que são muitos e ambiciosos.

Não tememos o desafio, não nos afugenta a ousadia das metas que propomos concretizar.

Em sua realização, esbarraremos em muitos equívocos e desacertos. O importante é que, não estremecendo em reconhecê-los, tenhamos a presteza e a humildade de corrigir as velas para recolocar a nave em seu prumo e rumo.

Afinal, não há progresso, não há aprimoramento nem modernização sem erros e acertos, sem recuos e avanços, como as ondas do mar a fustigarem, incansavelmente, os penedos que a elas se antepõem.

Podemos errar, senhor Ministro Francisco Falcão. Haveremos por certo de errar, mas nunca de coração ou intenção. Podemos nos enganar, senhores Desembargadores. Jamais enganá-los, menos ainda desmerecer a confiança que em nós depositaram.

Os que me conhecem, sabem que nunca pactuei com a safadeza, com a patifaria. Menos ainda,

muito menos, com a corrupção, vício que, repito, mais abominamos e combatemos, e mais condenamos.

Tantos quantos forem os desmandos dessa natureza, se vierem a existir em nossa Administração, não hesitaremos, um segundo que seja, em apenar severamente os que se perderem pelo caminho reto da probidade.

Seria, no entanto, ingenuidade de minha parte não acreditar que, eu próprio e o Tribunal, seremos vigiados, esquadrihados e inventariados, do princípio ao fim, com grossas lentes de aumento. E o farão sempre à procura de nugas e frioleiras, de ninharias, de miudezas, de pequeninos nada, de imperfeições em que todos, mesmo os olímpicos haveria de incorrer – se eles existissem e fosse possível tocarem neste mundo de provas e expiações.

Não estou a me referir a ninguém em particular. Faço-o a todos quantos queiram meter a pique a honorabilidade da Justiça e a honra deste Tribunal.

A qualquer vitória brilhante, prefiro a paz.

Amigo da paz, estou sempre disposto a ceder as armas ao diálogo ou à toga. Mesmo quando o diálogo não for possível ou já esgotadas todas as suas possibilidades.

Nos cadinhos em que minha personalidade foi forjada – herdada da intrepidez de meu saudoso pai – nunca fui vencido pelos encantos de uma vida frouxa, ociosa e desfibrada.

Tantas quantas forem necessárias as vezes para debelar as ignomínias lançadas **injustamente** contra o sovado nome de nosso Tribunal, não hesitarei

em invocar, contra nossos improperadores, a clava forte da Justiça.

Não estou a aludir, evidentemente, às críticas construtivas, ainda que mordazes e desbragadas, que são riquezas que devemos explorar, mas àquelas inspiradas em ânimos malélicos. Não aludo nem mesmo àquelas que nos apontam as feridas pustulentas, a merecerem tratamento. Reporto-me àquelas que procuram enlamear a honradez e a credibilidade de toda a Instituição, por conta das faltas e pecados de alguns poucos, que a deslustram e a desgabam com seus maus exemplos.

Os magistrados brasileiros, lembrou um dia José Duarte, um dos mais brilhantes e abnegados magistrados deste país, são **“mansos cordeiros do Evangelho, mas a toga encobre a bravura do leão, quando se lhes fere a dignidade profissional”**.

Indispensável, sim, a vigilância constante e implacável da sociedade, que, por meio das asas falconídeas da imprensa, denuncia os abusos e os desvios de conduta dos magistrados, notadamente os desvios morais e éticos, para que sejam exemplarmente punidos e banidos da Instituição de que não se mostram merecedores.

Caminhemos para o fecho desta oração que, por sinal, já vai longe. Abro ensejo a alguns esclarecimentos.

Primeiramente, dirijo-me a DEUS, pela oportunidade que me descortina, com mais uma prova em minha vida. Talvez a mais dura e penosa. No confiar-me a difícil missão da presidência do Tribunal de Justiça, imploro, segundo a segundo, que me inspire sabedoria. Que eu sobrepuje os demais homens em moderação, tanto quanto eu os excedo em poder, algo

que me não pertence, efêmero como uma bolha de sabão.

À minha amada mãe, que sempre foi o arroio de mel a adoçar meus dias de felicidade, bálsamo que untou minhas feridas nas enfermidades. Compartilho com a senhora as luzes e as flores desta solenidade. O orgulho que hoje sente deste filho, não é menor que o orgulho que tenho de ser seu filho. Se a mim não é conferido o poder de acrescentar dias à sua vida, estou disposto, com meu amor e meu carinho, a acrescentar vida a seus dias.

A meu querido e saudoso pai, minha alma gêmea. De coração para coração lhe digo que habitaria os manicômios do inferno, se lá fosse necessário estar com você.

A morada que o Pai Celestial lhe reservou, estou certo disto, uma daquelas destinadas aos justos e

aos homens de bem, pelo exemplo de bondade, de retidão e de justiça que sempre trilhou em sua passagem pela terra. Aprendi, com você, que sonho não se realiza dormindo. Nada, nada mesmo, tão verdadeiro. Quantas saudades! Fosse-me possível, em seu último suspiro teria oferecido a DEUS metade de minha vida, só para ter a ventura e a felicidade de viver a outra metade a seu lado.

Sei que você está aqui, espargindo luz e perfume a esta solenidade, honrando e nobilitando, com sua presença, esta festa. Afinal, por nada neste mundo perderia a contemplação do ápice da carreira profissional de seu amado filho.

Não há quem, neste mundo, possa viver sem saudades, seja de vivos, seja de mortos. De uns ou de outros, resta-nos a esperança dos reencontros, alguns dos quais para reconciliação, que somente se torna possível pelo amadurecimento que as saudades da

separação permitem às almas que se amam, que, mesmo entendendo não poderem viver separadas, nunca lamentam o tempo perdido quando divisam a eternidade como infinito. Entretanto, as suas saudades, meu pai, são incomensuráveis.

Agradeço o carinho de meus irmãos e parentes, em especial de minha querida tia Edna, minha segunda mãe. A vocês, meu agradecimento sincero, que atravessará os tempos, pela incontida torcida por que esse momento se sucedesse em minha carreira.

À minha terna e amada Eliane. Em seu coração sempre encontrei, nos mais aflitivos dias de minha vida, conselho e consolo, energia e repouso. Com você, divido também, merecidamente, as luzes e as ribaltas desta cerimônia.

Ingratidão sem fim seria me esquecer de meus abnegados e competentes advogados. Lutaram comigo,

ombro a ombro, na dura jornada de batalhas judiciais dos últimos anos. Entre esses bons samaritanos, que me dessedentaram, congratulo-me o Ministro Vicente Leal, bem assim com os Doutores Renato Leal, Paulo Inácio Helene Lessa, Adriano Carrelo Silva, Osvaldo Pereira Cardoso Filho, Valber Melo, Enzo Ricci Filho, Victor Alípio Azevedo Borges e Milton Vizini. A eles associo, respeitosamente meu querido tio Antônio Antero de Almeida. Quanto me é honrosa sua presença neste recinto!

A meus funcionários de Gabinete, em especial à minha leal escudeira, Luzia Pereira Borges. Agradecendo a você, Luzia, reforço meu carinho, penhorado por todo empenho havido, que culminou neste momento. O sucesso deste dia, devo muito a vocês.

Esquecer não poderia minha equipe de transição. Diuturnamente, trabalhou sem medir

sacrifícios – o termo é bem este: sacrifícios – para a elaboração de nosso plano de gestão. No cumprimentar Márcia Regina Coutinho, nossa Diretora-Geral, cumprimento a cada um de vocês.

A meus diletos e sinceros amigos, **“a meus irmãos de fé, irmãos camarada”**, meus mais elevados agradecimentos pelo prestígio de sua presença neste dia tão significativo em minha vida. Não caberia aqui nominar a todos, mas a todos estendo meu abraço-irmão nas pessoas do Vica, Pelezinho, Renato, Jorge, Juca e Ivan Lira de Carvalho.

Uma palavra dirijo aos magistrados e servidores. Não sem sentido, coloquei-os lado a lado para vincar a irmandade a nos estreitar em uma única sentença. Coração na mão, externo a cada um de vocês meu mais fraterno obrigado. Sei da disposição de todos para o engajamento nesta longa e penosa jornada que

nos aguarda. Tenho disto convicção: será vitoriosa, em proveito do próprio Judiciário.

Nesta marcha, contamos com a competência e a dedicação do Desembargador Márcio Vidal, Vice-Presidente deste Tribunal, e do Desembargador Sebastião de Moraes Filho, Corregedor-Geral da Justiça. Um e outro, homens de caráter, probos, que enobrecem a Magistratura mato-grossense.

Cabe, por deferência, este registro. Desembargador Rubens de Oliveira, sucedê-lo na presidência desta Corte me é grande honra.

Somos de carne e sangue. Nossos corpos haverão de tornar ao pó. Oxalá, no findar de nossos dias, passando em revista minuciosa nossas consciências, olhos volvidos para o lugar mais recôndito de nossa alma, possamos, de nós para nós mesmos, indagar-nos, antevendo felicidade plena:

fizemos, dentro de nossas limitações e imperfeições, o melhor que pudemos pela pátria, pelo bem do outro, pela evolução da humanidade? Se positiva a resposta, os braços de Deus, que a todos nos fraterniza, estarão abertos a nos acolher.

Que, neste instante derradeiro, possamos dizer com Pasteur, imortal benfeitor da humanidade:

“Qualquer que seja a sorte de vossos esforços, mais ou menos favorecidos pela vida, é preciso, quando se aproximar o grande fim, terdes o direito de dizer: FIZ O QUE PUDE”.

Finalizo dizendo: o grande sono compensador só é doce àqueles que cumprirem bem sua tarefa na vida.

Muito obrigado a todos vocês.

Que Deus nos seja, sempre, luz e benção.